

## O papel da Theologia Publica

*frente ao sofrimento da inocente, a intervenção médica e a lei brandida contra o drama humano*

Por Antonio Carlos Ribeiro

O caso das excomunhões impostas pelo arcebispo de Olinda e Recife – com base na autoridade religiosa, masculina e *romana* – à mãe da menina – de nove anos, 33k., miserável e violentada pelo padrasto – e à equipe médica da Universidade Estadual de Pernambuco, cujo ‘pecado’ foi interromper a gravidez – foi revisto, desdido, anulado. Sob pressão de diversos lugares do globo. Por trás da reação, a rejeição a gestos autoritários, a solidariedade à vítima, sua família e aos médicos que a atenderam. E ao texto definitivo de uma teóloga.

O fato provocou tal comoção e solidariedade às vítimas, tal apoio à decisão da equipe médica, tal rejeição à atitude do bispo: autoritária, incapaz de uma palavra pastoral, com tão deficiente leitura do ambiente simbólico, contra uma família miserável, criando uma crise cujo epicentro é uma criança – que além da violência, é incapaz de compreender porque são punidos os que a socorreram – e sem nenhuma exortação a quem praticou o crime. Até recriminação de bispos de outros países já foram publicadas.

Ao usar um recurso jurídico extremo, fruto de um ambiente sóciopolítico, econômico e religioso medieval e na semana do dia internacional da mulher, o bispo conseguiu o inimaginável: a notícia ganhou espaço, dos maiores jornais do mundo aos boletins paroquiais, desencadeando a solidariedade da sociedade brasileira à família e aos médicos, a

hostilização a ele, às instâncias romanas e aos fiéis conservadores que apoiaram o gesto. E provocou o esvaziamento de sua simbólica religiosa.

Em menos de 10 dias a Igreja solidária com os pobres, defensora de indígenas, negros, sem-terras e mulheres sofre um desgaste no segmento em que mais perde membros, as classes populares. Presença perpetuada naquela região na figura de Hélder Câmara, um bispo frágil e firme, santo e rebelde, *servus servorum Dei* (servidor dos servos de Deus) e místico-poeta-profeta, eternizado no coração de seu rebanho e temido pelos donos do poder, que desancava os poderosos – dos generais presidentes às oligarquias rurais e industriais, sem esquecer os incumbidos de construir pontes – imagem sob a qual o atual bispo mal chegou a ser sombra pálida. E agora é negada no coração dos mais pobres.

Enquanto a situação transcorria tensa, surgiu o artigo de Ivone Gebara, teóloga que somou à reflexão teológica feminista, o histórico de trabalho com os pobres e a punição, partilhadas com outros teólogos. O texto denuncia que “os bispos perderam o senso de governarem unidos aos desafios da história e à fé da comunidade e julgam-se mais fiéis ao Evangelho de Jesus do que a própria comunidade”, observa que a hierarquia “não pode instaurar uma guerra santa em nome de Deus para salvaguardar coisas que julga serem vontade e prerrogativa de Deus” e que a tradição “mais profética e sapiencial nunca permitiu que

nenhum fiel mesmo bispo falasse em nome de Deus". Esses e outros arrazoados geraram debates e provocaram mudanças. Veja o texto: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=37628>

A atitude de Ivone Gebara invoca as razões da fé, as circunstâncias vividas pelas comunidades e o senso público de que é investido o/a teólogo/a em situações de risco de vida, drama humano, comoção social e intervenção abrupta e violenta dos poderes civil e religioso, antes chamados temporal e espiritual. Para essa tarefa, além das razões, o/a teólogo/a precisa ter coragem pessoal e pública, buscar compreensão para intervir no debate a partir da fé e da leitura teológica da realidade, deixar o coração pulsar com a comunidade do povo de Deus e falar, escrever, ensinar teologia, dar entrevista e pregar. Isso é dar vazão ao seu dom, assumir sua tarefa na sociedade e na Igreja. E até ser punido/a. Ela falou disso na entrevista:

[http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=20746](http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=20746).

O texto desta teóloga reflete essa postura. Não é leve, nem suave, pois surge como busca angustiada diante de uma situação densa e tensa. Mais, ela se recusa a trair o público feminino, pobre, explorado, desdenhado e esquecido. Firmemente. Seu texto é pascal, não sucumbe à dor da Sexta-feira da Paixão, mas espera determinada, labuta no cuidado do corpo do crucificado (e da crucificada) e, como as mulheres que serviam Jesus, nutre amor suficiente para enfrentar o medo de sair de casa na manhã de domingo para dirigir-se ao túmulo, em meio às maldições e riscos, destinados às pessoas ligadas aos crucificados. Mas vai, assim como elas, que se tornaram as primeiras a anunciar a ressurreição. Sem essa denúncia contundente, que confronta o gesto autoritário por causa da linguagem com autoridade teológica – somada a diversas outras e à repercussão – o assunto estaria sepultado. Mais uma vez.

O efeito dos equívocos, do apoio de instâncias superiores, do crescimento de gestos solidários, inclusive de pessoas de outras crenças, e da reação dos teólogos/as – já que o bispo sugeriu que o Presidente da República os/as consultasse – gerou reações que cresceram em proporções geométricas, com campanhas pela internet, criando uma situação frente à qual a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi levada a passar do apoio titubeante à negação do gesto, minimizando o efeito legal simbólico, atenuando as declarações do bispo – de que *estupro é um crime menor que aborto* ou que seu papel é *fazer o povo ter medo da lei de Deus* – e admitindo que o centro do problema era a violência sofrida pela menina. Sem debater o aborto, que exige mais coragem de lidar com o sofrimento do que convicções.

O Vaticano tornou-se o último a romper o silêncio sobre a polêmica causada, necessária após o apoio do Pontifício Conselho para a Família e da Congregação dos Bispos. A Agência de Notícias Ansa – a mesma que publicou a crítica das comunidades eclesiais de base italianas à excomunhão imposta, com o argumento de ter havido "mais uma vez, o sentido de distanciamento radical entre a 'Igreja do Poder' e os dramas humanos", e ao Vaticano, pelo apoio à decisão episcopal – trouxe nota sobre o artigo publicado este fim de semana pelo jornal *L'Osservatore Romano*.

O texto da Pontifícia Academia para a Vida, admite que "antes de pensar em excomunhões seria necessário e urgente salvaguardar sua vida inocente, devolvendo a ela um nível de humanidade". Para ele, "a terrível história da violência cotidiana" da qual a menina foi vítima "teria passado despercebida com a intervenção do bispo". Deixa claro que a criança pernambucana "deveria ter sido defendida antes de tudo", mas "não foi feito isto, lamentavelmente, prejudicando a credibilidade de nossas instruções que, para muitos, parecem marcadas por insensibilidade, incompreensão e falta de misericórdia".

A manifestação apenas acrescenta novas perspectivas sem alterar o posicionamento de fundo e defende a instituição, em meio ao turbilhão, mas pelo menos confirma a desautorização ao bispo, que além de brandir a excomunhão, se tornou conhecido por disciplinar o clero e responder a processos na justiça civil. Também não admite que essa repercussão se deveu a um excesso, que a reação teológica pública se fez ouvir, especialmente a de Ivone Gebara, discutindo

os aspectos e razões recusados pelo discurso oficial. A intervenção teológica de qualidade rompeu a polarização altar-confessionário, possibilitando uma participação mais ampla. Ao ouvir os leigos, as igrejas passam a ouvir a si mesmas. Mais: o grito revelou, mais uma vez e inequivocamente, a indisposição da sociedade brasileira com a postura de uma igreja interferir em decisões de governo, num Estado laico.